

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 23ª edição, 1994. 390 p.

A década de 30 representou, para a historiografia brasileira, um marco decisivo de ruptura com as velhas e conservadoras formas de se “fazer história”, em grande parte superadas por novas concepções teóricas e metodológicas. Esse avanço foi marcado pela produção de obras muito mais complexas e profundas do que a história factual, dos grandes acontecimentos e dos homens ilustres, que dominavam a historiografia até então. Ao lado de historiadores como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, surgiu Caio Prado Jr., que se destacou pelo fato de ter sido o primeiro a utilizar o método marxista numa obra historiográfica de caráter empírico.

Paulista, nascido em 1907, advogado aos vinte e um anos, Caio Prado logo se engajou na política. Após a decepção com a Revolução de 30, ingressou no Partido Comunista e começou sua militância na esquerda. Durante toda a sua vida, lutou por ideais socialistas. Foi um militante, mas também um intelectual que se interessou em entender os problemas do Brasil. Grande parte de sua vida foi dedicada aos estudos de História e Geografia, o que lhe permitiu tornar-se um dos maiores nomes da historiografia brasileira. Morreu em 1988, vítima de um ataque cardíaco<sup>1</sup>.

Após estrear com o livro *Evolução Política do Brasil* (1933), Caio Prado lançou, em 1942, aquela que é considerada sua melhor obra: *Formação do Brasil Contemporâneo*. Este livro acaba de receber sua 23ª edição, o que a torna um dos trabalhos mais lidos de História do Brasil. É, sem dúvida, um clássico reconhecido tanto por admiradores de Caio Prado quanto por críticos.

No livro, o autor fez uma síntese dos três primeiros séculos da colonização, até inícios do século XIX, momento caracterizado por ele como uma etapa decisiva na evolução do país, visto que se constituiu num período de transição para uma nova fase. Através de uma abordagem inovadora, Caio Prado descartou a tendência predominante na época de enquadrar o sistema colonial em um modelo de economia feudal, afirmando que o processo

<sup>1</sup> Um ano depois, foi organizada, pela UNESP, a “Jornada de estudos Caio Prado Jr.”, cujos resultados foram reunidos em um livro-homenagem, editado pela Brasiliense, editora que ele fundou, intitulado *História e Ideal*. Neste livro encontram-se depoimentos pessoais de amigos e intelectuais, e discussões de especialistas acerca das suas principais idéias.

colonial não passou de uma das manifestações de um fenômeno de maior amplitude — a expansão comercial iniciada no século XIV —, ou seja, criando uma visão do colonialismo como parte integrante do capitalismo mundial.

Caio Prado não desenvolveu pesquisas em arquivo, utilizando-se de fontes secundárias e também de fontes primárias já impressas: seu objetivo era o de elaborar uma síntese geral do período colonial; o que, pela simples extensão da periodização escolhida (três séculos), impossibilitava-o de trabalhar exaustivamente em arquivos. O principal método de pesquisa utilizado pelo autor foi o de releitura, análise e crítica de fontes conhecidas.

No que concerne ao método de exposição, Caio Prado conseguiu estruturar seu texto de maneira lógica, dispondo os capítulos de forma coerente, mantendo, ao longo da obra, uma linha de raciocínio que não se distancia do tema principal. Sua linguagem é clara e objetiva, utilizando muitas vezes a repetição como um instrumento de fixação de sua tese central. Esta tese é sintetizada logo no início do livro, quando apresenta o que ele denomina de “sentido da colonização”. Este conceito-chave vai estar presente ao longo do texto.

Para Caio Prado, o sistema colonial não foi um fenômeno que ocorreu isolada e casualmente na história, mas parte do processo de desenvolvimento do comércio europeu e da expansão marítima dos séculos XV e XVI. Segundo ele, os objetivos maiores e o “espírito” predominante dos colonizadores se enquadravam numa perspectiva comercial, e não, por exemplo, no desejo de expandir o cristianismo. As colônias da América Latina funcionavam como meros enclaves, cuja produção se destinava ao abastecimento das necessidades metropolitanas, ou seja, como mercados exportadores de matérias-primas. Esse era o “sentido da colonização” do Brasil e todas as demais “colônias de exploração”, diferentemente do que ocorreu nas “colônias de povoamento” do futuro Estados Unidos. Paralelamente, instalou-se a escravidão como base da sociedade colonial. Tudo estava integrado, direta ou indiretamente, ao núcleo escravista. Dentro dessa lógica, Prado dividiu a população colonial em dois setores: o dos *elementos orgânicos*, constituídos pela massa escrava e por todos aqueles que faziam parte do sistema escravista; o dos *elementos inorgânicos*, incluindo as categorias sociais que se mantinham marginais à estrutura colonial básica, apesar de se verem por ela afetadas. Este segundo grupo seria composto, sobretudo, pelos agricultores de subsistência, trabalhadores da pequena indústria doméstica, vadios, enfim os livres *desclassificados* da colônia.

A partir desses dois elementos — o “sentido da colonização” e a estrutura escravocrata — Caio Prado desenvolveu toda a sua argumentação. Dividiu seu ensaio em três partes: povoamento, vida material e vida social.

Na primeira parte, ele discute o percurso e o alcance da ocupação do território brasileiro, determinada pelas condições geográficas e, principalmente, pela estrutura econômica da colônia. Assim, o povoamento se concentraria basicamente na faixa litorânea, deslocando-se de acordo com as oscilações dos interesses comerciais da metrópole. Além disso, dedicou um capítulo à questão racial, analisando a forma como as três raças que configuraram o perfil étnico do Brasil se relacionaram e evoluíram no sentido da formação do povo brasileiro.

A segunda parte do livro é dedicada ao estudo da base material da colônia. Aqui ele interpreta os principais aspectos da economia da colonização, cujo elemento central teria sido a agricultura de *plantation*, baseada na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos, cuja produção se destinava ao abastecimento do mercado mundial. Conseqüentemente, o desenvolvimento dessa economia teria estado sempre na dependência de flutuações econômicas internacionais e nunca teria conseguido atingir uma estabilidade própria. Seu curso teria sido marcado por sucessivos períodos cíclicos de prosperidade, acompanhados de um declínio posterior. Existiriam formas secundárias de atividade econômica (agricultura de subsistência, pecuária, extração, manufaturas etc.) que, entretanto, não teriam vida própria e manteriam uma relação de dependência com o eixo central da economia, a grande lavoura, limitando sua expansão. A mineração não se distanciaria do modelo implantado pela agricultura de *plantation*, mantendo todas as suas características de dependência externa, crises cíclicas etc.. Diante desse quadro, Caio Prado resumiu a economia colonial da seguinte forma: 1) **estrutura**: um organismo produtor constituído de grandes proprietários e da massa escrava; 2) **funcionamento**: fornecimento de matérias-primas para o comércio internacional; 3) **evolução**: série de ciclos econômicos, cada um se caracterizando por uma etapa de grande desenvolvimento, seguida de um período de crise.

Na terceira parte do livro, o autor analisa a sociedade brasileira, observando estar ela profundamente marcada pela escravidão e pelos interesses comerciais externos. Comparando a escravidão da Antigüidade Clássica com a do Brasil colônia, caracterizou esta última como um elemento não construtivo, diferentemente da primeira. Isso seria conseqüência do baixo nível cultural dos escravos africanos e das condições de miséria a que eles foram submetidos. Na sua avaliação, a administração portuguesa se caracterizava pela inércia e pela má organização, não se aprimorando em conseqüência de seu “espírito” comercial, que só visava ao enriquecimento, além da índole passiva, inerente ao povo português. Todos esses fatores teriam gerado na sociedade uma ausência de nexos moral, além de uma fragilidade dos vínculos humanos, refletidos, por exemplo, na

indisciplina sexual.

Este sistema, no início do século XIX, já mostrava sinais de decomposição que se manifestavam através de um “mal-estar generalizado”. Ao lado dos elementos destrutivos, coexistiam forças renovadoras (ele não esclarece quais seriam essas forças) que, através de um processo dialético, promoveriam uma síntese que resultaria numa nova estrutura. Isso significava que o sistema colonial do Brasil havia esgotado suas possibilidades de desenvolvimento, aflorando todas as suas contradições (internas e externas), em particular a luta de classes entre os comerciantes portugueses e os proprietários brasileiros, que reproduzia a “tradicional rivalidade entre nobres e burgueses que enche a história da Europa” (p. 296).

Formação do Brasil Contemporâneo foi no seu tempo um bom exercício da aplicação do método marxista, uma obra histórica que aborda o desenvolvimento do Brasil na longa-duração, na qual o autor conseguiu enquadrar suas análises numa perspectiva totalizante, sem uma visão mecanicista das relações entre as infra e superestruturas, comum em textos marxistas. Ela rompe com a “História dos grandes homens” sem, contudo, eliminar completamente o papel ativo dos indivíduos.

Malgrado ser uma obra de muitas qualidades, ela contém concepções hoje superadas, inclusive pelo próprio pensamento marxista. Este é o caso, por exemplo, de sua visão europocêntrica da História, que o levou a enxergar a economia colonial brasileira apenas como um apêndice do capitalismo europeu, negligenciando o papel do mercado interno e dos setores subalternos, por ele considerados “inorgânicos”. A importância e o significado da economia interna no período colonial vem sendo atualmente revistos pela nova historiografia brasileira, através de estudos regionais, a exemplo da pesquisa de João Fragoso, em *Homens de Grossa Aventura* (Arquivo Nacional, 1992), que analisa as atividades do comércio no Rio de Janeiro entre 1790 a 1830. Essas novas interpretações corrigem também a noção dos ciclos de desenvolvimento econômico adotada por ele e outros historiadores da economia brasileira.

No tocante à questão racial, Caio Prado ainda conservou algumas noções conservadoras típicas da historiografia tradicional, a exemplo da visão também europocêntrica de cultura e civilização, quando considera negros e índios inferiores aos brancos, ou quando afirma que eles não trouxeram nenhuma contribuição para o Brasil contemporâneo, a não ser de ordem passiva. Apesar disso, a visão de Caio Prado representou uma superação de concepções racistas anteriores, na medida em que denunciou o preconceito racial e tratou a questão da superioridade do ponto de vista cultural e não da perspectiva biológica. Aliás, ele era um marxista dos anos 30 e 40 e, portanto, um evolucionista. Nota-se uma certa ambigüi-

dade na sua argumentação, visto que, ao mesmo tempo que afirma sua inferioridade, também argumenta que a incapacidade de ascensão dos negros e índios se dá em função das condições de vida destes.

Ao criticar o espírito mercantil e mesquinho da sociedade portuguesa colonial, Caio Prado acabou superando a análise de certos historiadores, que defendiam a existência de um suposto “caráter nacional” do Brasil colônia. Ao mesmo tempo, imbuído de forte dose de puritanismo sexual - ao contrário de Gilberto Freyre - ele considerava a indisciplina sexual um comportamento tipicamente brasileiro, e uma consequência nefasta da desorganização e do próprio caráter dos portugueses.

Formação do Brasil Contemporâneo foi uma obra que, para a sua época, representou uma importante contribuição à historiografia brasileira, sobretudo para o desenvolvimento da corrente marxista de pensamento, trazendo uma nova interpretação do período colonial. Caio Prado conseguiu alcançar o objetivo de apreender o sentido da evolução da sociedade brasileira, inscrito no caráter comercial da colonização, ajudando a redimensionar os elementos dessa estrutura que ainda se conservavam ao tempo em que se escreveu o livro.

*Cristiane Nova*  
*Universidade Federal da Bahia*  
*Aluna do Departamento de História*

GRINBERG, Keila. *Liberata. A lei da ambigüidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994. 122 p

Analisar as relações da cultura jurídica do Brasil Império com a problemática da escravidão não é tarefa das mais simples. Antes de mais nada, exige do pesquisador grande disposição para se debruçar sobre um imenso manancial de documentação que juristas, legisladores, políticos, advogados, juizes e escrivães elaboraram no exercício diário de suas funções burocráticas. Os documentos são muito diferentes entre si, posto que foram produzidos em contextos também diferentes, exigindo novamente do pesquisador habilidade e discernimento quando da produção de suas interrogações a partir destas fontes.